

PARTIDOS COM OU SEM BASE TERRITORIAL NA COSTA RICA: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS APOIOS PARTIDÁRIOS DE 1998 A 2022¹

Sharon Camacho Sánchez²

Universidad de Costa Rica (UCR)
San Pedro, Costa Rica



Enviado em 30 jan. 2023 | Aceito em 27 maio 2024

Resumo: Este artigo realiza uma análise das bases territoriais dos partidos políticos na Costa Rica, utilizando o índice de nacionalização do sistema partidário e a cartografia eleitoral para as três últimas eleições nacionais (2014, 2018 e 2022). O estudo confirma que a nacionalização dos partidos políticos segue uma tendência de queda e que essas agremiações enfrentam dificuldades para se estabelecer como estruturas partidárias consistentes e consolidar suas bases territoriais. No entanto, a dinâmica volátil dos apoios partidários torna o território e os pesos eleitorais elementos cruciais para o desfecho dos resultados eleitorais.

Palavras-chave: base territorial, território, eleições, partidos políticos, nacionalização.

PARTIDOS CON O SIN BASE TERRITORIAL EN COSTA RICA: ANÁLISIS DE LA DISTRIBUCIÓN GEOGRÁFICA DE LOS APOYOS PARTIDARIOS 1998 AL 2022

Resumen: Este artículo realiza un análisis de las bases territoriales de los partidos políticos en Costa Rica utilizando el índice de nacionalización del sistema de partidos y de cartografía electoral para las últimas tres elecciones nacionales (2014, 2018 y 2022). El trabajo confirma que la nacionalización de los partidos políticos sigue una tendencia a la baja y que estas agrupaciones están enfrentando limitaciones para constituirse como estructuras partidarias consistentes y consolidar sus bases territoriales. No obstante, la dinámica volátil en los apoyos partidarios hace que el territorio y los pesos electorales sean elementos cruciales en el desenlace de los resultados electorales.

Palabras clave: base territorial, territorio, elecciones, partidos políticos, nacionalización.

PARTIES WITH AND WITHOUT A TERRITORIAL BASE IN COSTA RICA: ANALYSIS OF THE GEOGRAPHIC DISTRIBUTION OF PARTY SUPPORT 1998 TO 2022

Abstract: This article analyzes the territorial bases of political parties in Costa Rica using the nationalization index of the party system and electoral mapping from the last three national elections (2014, 2018, and 2022). The study confirms that the nationalization of political parties is on a downward trend and that these groups are struggling to establish as consistent party structures and consolidate their territorial bases. Nevertheless, the volatile dynamics of party support make territory and electoral weights some of the most important elements in the outcome of electoral results.

Keywords: territorial base, territory, elections, political parties, nationalization.

1. Avances de este trabajo fueron presentados en X Congreso Centroamericano de Ciencia Política "Centroamérica y la búsqueda de Estados incluyentes" que se llevó a cabo en Panamá del 13 al 15 de septiembre del 2023.

2. Escuela de Geografía, Universidad de Costa Rica. E-mail: sharon.camacho@ucr.ac.cr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-0908>

Introdução

Na Costa Rica, o sistema partidário passou por um processo de transformação, de um sistema bipartidário para um multipartidário, resultado do realinhamento das forças históricas e da entrada de novas opções político-partidárias (Barragán; Chavarría, 2023). Esse processo se consolidou nas eleições de 2002, marcando o início de uma reconfiguração do sistema partidário costarricense que ainda hoje persiste (Barragán; Chavarría, 2023). Essas mudanças também se refletiram no sucesso territorial de alguns partidos políticos, alterando os mapas eleitorais conhecidos até o início dos anos 2000 no país.

Durante o período bipartidário, nas décadas de 1980 e 1990, a Costa Rica se caracterizou por altos índices de nacionalização, ou seja, partidos que obtiveram votos em todo o território nacional com porcentagens equilibradas entre todas as províncias³ (Cascante; Gómez; Camacho, 2020). O Partido Liberación Nacional (PLN) e o Partido Unidad Social Cristiana (PUSC) alcançavam apoios distribuídos por todo o país, alcançando índices de 0,9. No entanto, a partir de 2002 – a primeira vez que houve segundo turno na Costa Rica –, o mapa eleitoral começou a se fragmentar devido ao surgimento de forças políticas como o Partido Acción Ciudadana (PAC), o Partido Movimiento Libertario (PML) e o Partido Frente Amplio (PFA), cujos índices de nacionalização raramente atingiram valores de 0,9.

Nas eleições de 2014 e 2018, foram observados contrastes importantes, com a especialização de alguns grupos políticos em regiões específicas com características particulares, de acordo com o índice de nacionalização (Cascante; Gómez; Camacho, 2020). Por exemplo, o PAC concentrou seus votos especialmente em cantões da província de San José, no centro do país. Em contrapartida, outros partidos que ganharam força nas eleições presidenciais de 2018, como o Restauración Nacional (PRN), conquistaram uma posição nas áreas costeiras e fronteiriças, deslocando partidos mais tradicionais, como o PLN, que teve de competir nas periferias do país com os demais grupos políticos (Camacho, 2021).

Dada a importância do território nos resultados eleitorais, o sucesso de partidos como o PAC e o PRN em 2014 e 2018 evidenciou que, na Costa Rica, é possível vencer uma eleição nacional ou avançar para o segundo turno com o apoio exclusivo da Grande Área Metropolitana (GAM), no caso do PAC, ou das periferias costeiras e fronteiriças, no caso do PRN (Cascante; Gómez; Camacho, 2020). Por isso, este trabalho propõe uma atualização dos estudos sobre a nacionalização do sistema partidário na Costa Rica para as eleições de 2022, com o objetivo de analisar os reajustes e as mudanças nos padrões espaciais de voto, observando a capacidade das estruturas partidárias de penetrar, estabelecer e consolidar bases de apoio no território.

Este artigo baseia-se no cálculo do índice de nacionalização do sistema partidário de Jones e Mainwaring (2003) para as eleições presidenciais de 2022, tomando como referência o estudo de Cascante, Gómez e Camacho (2020), que calculou o índice de 1998 a 2018. Além disso, utiliza cartografia eleitoral como ferramenta para uma compreensão mais ampla do papel do território na política costarricense. O foco está nas características gerais das bases territoriais dos partidos políticos na Costa Rica, um aspecto que adquiriu maior relevância nos processos e resultados eleitorais, a partir da perspectiva do efeito compositivo na geografia eleitoral (Azevedo, 2023).

Com base no exposto, o argumento desenvolvido neste artigo sugere que, na Costa Rica, devido à fragmentação partidária, as estruturas político-partidárias vêm se especializando ou localizando

³ A divisão político-administrativa da Costa Rica é composta por 7 províncias, 84 cantões e 847 distritos.

cada vez mais, aproveitando as brechas territoriais, o desgaste das elites políticas e o descontentamento generalizado da população. No entanto, esses partidos não conseguem sustentar essas bases territoriais ao longo do tempo. Assim, o índice de nacionalização e a análise da cartografia eleitoral mostram que, no país, os últimos processos eleitorais ocorreram com partidos políticos cujas bases territoriais são pouco ou nada estáveis no tempo e no espaço. Apesar disso, o estudo demonstra que o território continua sendo um elemento crucial para os resultados eleitorais e apresenta um desafio para aprofundar a compreensão desses fenômenos em nível local e regional, sob a perspectiva do efeito contextual (Azevedo, 2023).

Contexto da eleição presidencial de 2022

A Costa Rica, a partir das eleições de 2002, passou por uma série de transformações em seu sistema partidário. Essa eleição marcou a primeira vez em que nenhum partido político obteve mais de 40% dos votos necessários para vencer no primeiro turno, levando PLN e PUSC ao segundo turno. Além disso, após essa disputa, a competição partidária tornou-se mais fragmentada, principalmente devido ao surgimento de novas forças políticas que surgiram como dissidências do PLN e do PUSC (partidos históricos que dominaram o período bipartidário), como o PAC e o ML, respectivamente, além do FA e do Partido Accesibilidad Sin Exclusión (PASE) (Cascante, 2016). O surgimento dessas novas forças se explica, em grande parte, pelo descontentamento popular diante do aprofundamento de práticas clientelistas e da corrupção (Cascante, 2016), fatores que permanecem até hoje.

O processo de fragmentação do sistema partidário continuou a crescer. Em 2014 e 2018, 13 partidos políticos disputaram as eleições, número que saltou para 25 em 2022. Desde 2002, os indicadores do sistema partidário evidenciam mudanças no cenário político-costarriquenho, como o aumento progressivo do Número Efetivo de Partidos (NEP), a maior fragmentação da competição, a redução na concentração de votos dos partidos mais votados, além do aumento da competitividade e da volatilidade eleitoral agregada (Cascante, 2016, p. 103).

A eleição nacional de 2022 marcou a quarta vez em que o país precisou recorrer a um segundo turno para eleger a presidência (assim como em 2002, 2014 e 2018). Além disso, essa disputa contou com o maior número de candidaturas desde as eleições de 1930, com 25 candidatos à presidência da República de Costa Rica (OPNA, 2022). O Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP) da Universidade da Costa Rica destacou a significativa dificuldade dos eleitores em decidir seu voto em 2022 (CIEP, 2021; CIEP, 2022).

Os altos índices de indecisão refletiram-se em uma decisão tardia do voto, comportamento característico do eleitorado costarriquenho (Pignataro, 2017; CIEP, 2021; 2022). Além disso, o clima de incerteza antes do primeiro turno ficou evidente nas pequenas diferenças percentuais de intenção de voto entre os partidos nas pesquisas de opinião (CIEP, 2021; 2022). Segundo Treminio (2022), nesse contexto de ampla oferta partidária e indecisão, as legendas políticas, em sua maioria novas e desarticuladas, não conseguiram aprofundar suas propostas nem se diferenciar, o que tornou a decisão dos eleitores ainda mais difícil.

Nos resultados eleitorais, conforme o Tribunal Supremo de Elecciones (TSE), apenas seis partidos alcançaram mais de 1% dos votos: Liberación Nacional (23,7%), Progreso Social Democrático (16,8%), Nueva República (14,9%), Liberal Progresista (12,4%), Unidad Social Cristiana (12,4%) e Frente Amplio (8,7%). Os outros 19 partidos somaram, juntos, 7,5% dos votos.

Quanto à participação eleitoral, a eleição de 2022 registrou uma queda em relação às de 2014 e 2018, cujos índices foram de 68% e 65%, respectivamente. Em 2022, a participação caiu para 60%.

Contudo, o padrão espacial de participação manteve a tendência dos últimos períodos eleitorais: as províncias predominantemente urbanas, como San José (63,3%), Alajuela (62,6%), Heredia (66,1%) e Cartago (66,6%), registraram maior participação, enquanto as regiões rurais, costeiras e fronteiriças, como Guanacaste (52,5%), Puntarenas (49,3%) e Limón (12,4%), tiveram os menores índices de participação.

Considerações teórico-metodológicas

Na Costa Rica, o sistema partidário historicamente apresentou um comportamento de competição bipolar e estável, característica do período bipartidário (Barragán; Chavarría, 2023). De acordo com Cascante (2016), nesse contexto, a disputa entre partidos era, até certo ponto, previsível. Além disso, os mapas eleitorais refletiam esse comportamento, com distribuições de apoio partidário apresentando padrões bastante estáveis em todo o território nacional. A partir de 1998, esses padrões passaram a experimentar mudanças significativas. Trata-se, principalmente, de partidos que obtêm maior apoio em regiões diferentes de um período eleitoral para outro (Camacho, 2021). Isso está associado ao processo de fragmentação na competição partidária, volatilidade eleitoral e abstenção (Cascante, 2016).

É importante considerar que, por sistema partidário, entende-se o número de partidos que, em um sistema presidencialista como o da Costa Rica, têm efeitos significativos na dinâmica e nas relações entre o legislativo e o presidente ou presidenta (Mainwaring & Shugart, 1997). De acordo com esses autores, e nos termos desta discussão, a presença de um grande número de partidos tende a ser problemática, já que o presidente ou presidenta enfrentará dificuldades para alcançar consensos ou obter a aprovação de leis (Mainwaring & Shugart, 1997).

Ademais, seguindo Sartori (2005), o número de partidos é uma medida que aproxima a compreensão de quão fragmentado ou não está o poder político. Este autor argumenta que, apenas conhecendo o número de partidos, é possível inferir o número de interações que podem existir em um sistema político (Sartori, 2005). Assim, este trabalho se concentra em compreender, de maneira geral, como as características do sistema partidário podem se relacionar com os comportamentos territoriais dos grupos políticos, por meio da conceituação de partidos políticos proposta por Luna *et al.* (2020), do índice de nacionalização de Jones e Mainwaring (2003), e de uma análise empírica sobre a inserção, estabelecimento e consolidação das bases de apoio dos partidos no território costarricense.

Assim, este trabalho adota, inicialmente, uma perspectiva do efeito compositivo na geografia eleitoral (Azevedo, 2023). Ou seja, a discussão apresentada baseia-se em um índice que utiliza lógica espacial e cartografia para identificar padrões territoriais na eleição presidencial de 2022 na Costa Rica. De acordo com Azevedo (2023), esse enfoque tem como objetivo propor algumas hipóteses a respeito do comportamento das bases territoriais dos partidos políticos no país, as quais podem servir de aporte para futuros estudos em geografia eleitoral.

A proposta de conceituação de partidos políticos de Luna *et al.* (2020) sugere que, para que uma organização eleitoral seja considerada um partido político em termos de representação democrática, deve atender a duas condições fundamentais: uma coordenação horizontal entre atores políticos ambiciosos e uma agregação vertical de interesses. A coordenação horizontal refere-se à coerência entre campanhas e ciclos eleitorais por parte de seus líderes. Além disso, os partidos devem ter a capacidade de agregar interesses de forma vertical, conectando a cidadania às elites políticas, e vice-versa (Luna *et al.*, 2020). Sob a perspectiva territorial, busca-se estabelecer uma

relação entre o papel dos partidos políticos na mobilização e intermediação de demandas e interesses coletivos, tanto em períodos eleitorais quanto entre eles, considerando suas capacidades e oportunidades de construir vínculos de confiança que permitam consolidar esses grupos no território.

A coerência na oferta e na estrutura partidária é parte das condições que os autores propõem para a formação dos partidos políticos. A coordenação multinível (coordenação horizontal), por exemplo, é um elemento fundamental porque permite tanto estabelecer agendas em nível nacional, no legislativo, quanto introduzir-se no território por intermédio dos governos locais. Em outras palavras, ações coordenadas multinível possibilitam manter os apoios eleitorais (Luna *et al.*, 2020).

Essas condições tornam a coordenação horizontal e a agregação de interesses verticais funcionais à ideia de representação democrática (Luna *et al.*, 2020). O problema se manifesta, no entanto, quando há organizações eleitorais que conseguem coordenar-se politicamente, mas não consideram as preferências sociais. Isso resulta em sistemas políticos nos quais a competição entre partidos é estável, mas a visão dos cidadãos não é incorporada (Luna *et al.*, 2020). Na Costa Rica, onde os partidos políticos são frequentemente as instituições mais mal avaliadas em pesquisas de opinião pública (CIEP, 2022; 2023; 2024) e têm uma simpatia partidária cada vez mais restrita⁴ (CIEP, 2024), podem ser traçadas hipóteses sobre apoios efêmeros e personalistas, que enfrentam dificuldades para estabelecer vínculos sustentáveis com a população e, consequentemente, com o território.

Dessa forma, partidos políticos com estruturas verticais e horizontais consolidadas responderiam a um alcance territorial amplo e competiriam em melhores condições. Isso também se alinharia a sistemas partidários nacionalizados, caracterizados por apoios distribuídos, em vez de concentrados em regiões específicas. Em um sistema de partidos, a estabilidade na oferta partidária é necessária para que essas estruturas possam enraizar-se na sociedade e adquirir reconhecimento para além de suas lideranças (Cascante, 2016).

No âmbito do índice de nacionalização de Jones e Mainwaring (2003), é possível medir a distribuição espacial dos apoios aos partidos políticos nas diferentes unidades político-administrativas que compõem o país; no caso da Costa Rica, as províncias. Embora se concentre apenas nos votos como indicador da homogeneidade ou heterogeneidade espacial dos partidos, o índice permite estabelecer relações importantes para análises territoriais.

Um índice próximo a 1 indica que um partido ou os partidos obtiveram proporções semelhantes de votos em todas as unidades político-administrativas, refletindo estabilidade no sistema democrático nacional (Jones; Mainwaring, 2003; Alfaro, 2010). De forma oposta, índices mais próximos de 0 indicam concentração de apoios. A nacionalização é considerada positiva para a democracia, pois reduz a possibilidade de práticas clientelistas e corruptas, frequentemente associadas à política local (Jones; Mainwaring, 2003). Caso os partidos percam ou não consigam bases territoriais distribuídas, tendem a se concentrar em regiões com diferentes pesos eleitorais, o que pode ter impactos significativos em termos de representação e legitimidade política.

Com o objetivo de atualizar o estudo desenvolvido por Cascante, Gómez e Camacho (2020), este trabalho adota a metodologia de cálculo do índice de nacionalização para a eleição presidencial de 2022, analisando os apoios partidários superiores a 5% dos votos nas sete províncias da Costa Rica. Este estudo considera os resultados eleitorais de 1998 a 2022 para as eleições presidenciais⁵.

⁴ Em novembro de 2014, apenas 15% da população costarricense afirmou ter simpatia por um partido político (CIEP, 2024).

⁵ Os dados do índice de 1998 a 2018 foram calculados por Cascante, Gómez e Camacho (2020), e atualizados pela autora para a Eleição Presidencial de 2022.

O cálculo do índice, conforme Jones e Mainwaring (2003), baseia-se na subtração de 1 do Coeficiente de Gini. Inicialmente, analisa-se a distribuição dos votos por província para partidos com mais de 5% dos votos, e posteriormente, os resultados são agregados para calcular o índice do sistema partidário a partir da seguinte fórmula:

$$Gi = (n \sum XiYi + 1) - (n \sum Xi + 1Ti) \quad 1=1$$

Os dados utilizados tanto para o cálculo do índice quanto para a cartografia correspondem aos resultados eleitorais ou aos cálculos oficiais de votos do Tribunal Supremo de Elecciones da Costa Rica. Nesse sentido, foram criados mapas temáticos nos quais se estabeleceu uma classificação de acordo com o partido político que obteve a maioria dos votos em cada distrito administrativo. A cartografia segue um padrão de cores para cada partido político nas três eleições representadas.

A decisão de usar a escala temporal dos mapas se deve, em primeiro lugar, ao fato de que os dados de nacionalização a partir de 2014 mostram uma leve tendência de queda. Entretanto, para futuros trabalhos, retroceder no tempo poderia trazer contribuições significativas. Em relação à escala espacial, utiliza-se o distrito administrativo e não a província (que é a escala do índice), pois o distrito é a unidade político-administrativa mínima da qual se possuem dados eleitorais. Isso permite observar a distribuição geográfica dos apoios partidários dentro das províncias e aprofundar as ideias sugeridas pelos índices de nacionalização.

É importante considerar que o índice mostra a distribuição territorial dos apoios nas províncias do país em termos de homogeneidade ou heterogeneidade, sem levar em conta o percentual de votos (se é maior ou menor em relação a outros partidos políticos). Por outro lado, a cartografia tem como base o partido que obteve maioria absoluta de votos em cada distrito. Nesse caso, a representação cartográfica por província contribuiria pouco para a discussão, devido à generalização dos dados e aos vieses causados pelos pesos dos eleitores em determinados cantões.

Assim, a cartografia mostra o partido vencedor em cada distrito administrativo, mas não considera as diferenças entre os primeiros, segundos ou terceiros colocados em termos de quantidade de votos obtidos. Em vez disso, os resultados são apresentados por distrito administrativo, com o objetivo de oferecer uma reflexão complementar ao que o índice de nacionalização revela na escala provincial.

Nacionalização do sistema de partidos

O comportamento do sistema de partidos na Costa Rica tem se caracterizado por uma relativa estabilidade em termos de nacionalização, como mencionado na introdução deste trabalho. Essa estabilidade foi em parte determinada pela bipolaridade que marcou o país nas décadas de 1980 e 1990, durante o período bipartidário. Os apoios recebidos pelo PLN e pelo PUSC se distribuíam de forma heterogênea pelo território nacional, o que manteve o índice do sistema de partidos acima de 0,85 até 2010 (Cascante; Gómez; Camacho, 2020).

Na Tabela 1, é possível observar que, desde o período bipartidário até a entrada de forças políticas alternativas na competição partidária (a partir de 2002, com o PAC), o índice permaneceu relativamente alto e sem mudanças significativas.

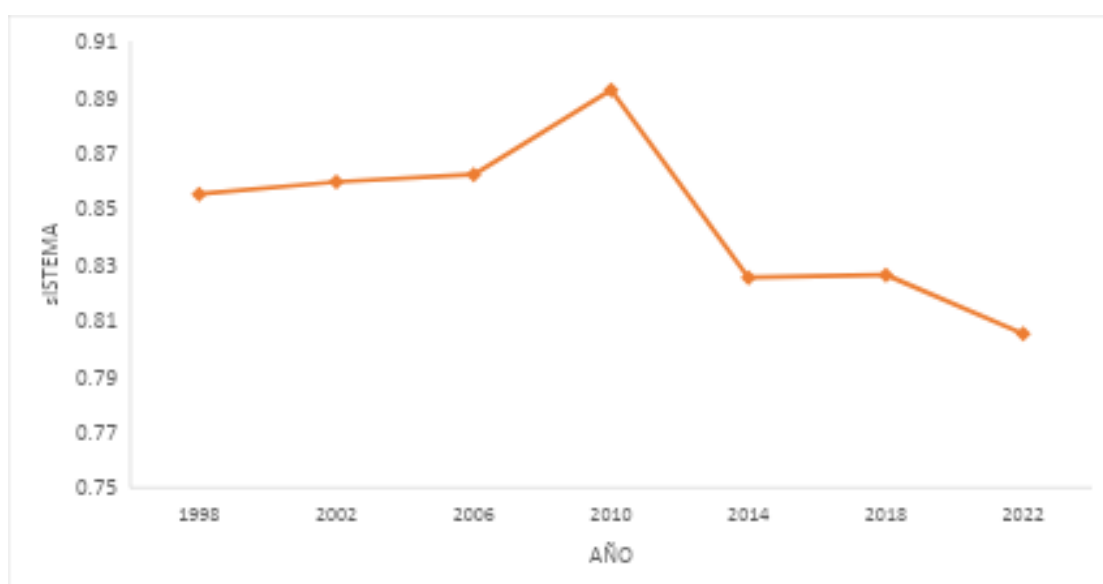
Tabela 1 - Índice de nacionalização do sistema de partidos na Costa Rica (1998-2022)

Año	Sistema
1998	0,86
2002	0,86
2006	0,86
2010	0,89
2014	0,83
2018	0,83
2022	0,81

Fuente: elaboración propia con datos del TSE (2023) e Cascante, Gómez y Camacho (2020)

No entanto, a partir de 2014, observa-se uma redução no índice de nacionalização. Essa mudança coincide com a vitória de um partido que não era nem o PLN nem o PUSC (os partidos históricos que dominaram o bipartidarismo costarricense) e com a consolidação do segundo turno nas eleições de 2014, 2018 e 2022, como pode ser visto no Gráfico 1. Por outro lado, a diminuição do índice de nacionalização entre 2018 e 2022 deve ser interpretada no contexto da eleição de 2022, descrita no início deste artigo. Trata-se de um cenário com uma ampla oferta partidária que enfrentou dificuldades para diferenciar suas ideias e propostas (Treminio, 2022), além de um evidente descontentamento da população em relação aos partidos que ocuparam o Poder Executivo nos últimos períodos eleitorais (PLN e PUSC) (CIEP, 2021; 2022).

Gráfico 1 - Índice de nacionalização do sistema de partidos na Costa Rica (1998- 2022)



Fuente: elaboración propia con datos del TSE (2023) e Cascante, Gómez y Camacho (2020)

De acordo com Cascante, Gómez e Camacho (2020), a redução nos níveis de nacionalização a partir de 2010 deve-se ao surgimento de novas formações políticas que não possuíam as mesmas características de enraizamento territorial de outros partidos, como o PLN. O Gráfico 2 evidencia que,

em termos de alcance territorial, o PLN é um partido que manteve sua presença histórica, ou seja, obtém apoio eleitoral em todo o país. No entanto, em relação à quantidade de votos, não conseguiu sustentar seus apoios: em 2014, chegou ao segundo turno com o PAC, mas não conquistou a presidência. Em 2018, não avançou para o segundo turno e, em 2022, o PLN disputou o segundo turno com o PPSD, mas novamente não conseguiu vencer⁶.

Por sua vez, o PUSC, outro dos partidos denominados “históricos”, apresentou um comportamento particular, já que sua presença territorial oscilou. Por exemplo, nas eleições de 1998 e 2002, o partido teve uma ampla distribuição geográfica, com índices de 0,93 em ambas as disputas. No entanto, nas eleições seguintes, seu índice diminuiu, especialmente em 2006, 2010 e 2014. Posteriormente, em 2018 e na última eleição de 2022, o partido recuperou seu apoio nas diversas províncias do país. Chama a atenção que, em 2006, a queda no índice do PUSC coincidiu com o aumento no índice do PAC (Cascante; Gómez; Camacho, 2020), o que segure uma disputa de votos entre os dois partidos, já que ambos concentraram seus apoios principalmente em áreas urbanas nessas eleições (Cascante; Gómez; Camacho, 2020; Camacho, 2021). Ver Gráfico 2.

Além do PLN e do PUSC, entre os partidos incluídos no cálculo do índice de nacionalização nas últimas duas eleições, destaca-se o Partido Frente Amplio (PFA). Após não ter obtido mais de 5% dos votos na eleição de 2018 (motivo pelo qual não foi incluído no cálculo desse ano nem nos de 2006 e 2010⁷), o PFA alcançou, em 2022, um índice de nacionalização relativamente alto (0,89). No entanto, o partido não superou o índice alcançado em 2014 (0,91), o que indica que não conseguiu se posicionar territorialmente como ocorreu no primeiro turno da eleição presidencial de 2014.

Na eleição de 2022, apenas a agremiação que alcançou o Executivo, Progreso Social Democrático (PPSD), obteve um índice superior a 0,9. Isso significa que o partido teve uma distribuição heterogênea em todas as províncias, embora, diferentemente do PLN e do PUSC, fosse uma legenda que competia pela primeira vez nessa eleição. O contrário ocorreu com outros partidos que também participaram pela primeira vez da disputa nacional em 2022, como o Partido Nueva República (PNR) e o Partido Liberal Progresista (PLP). Esses partidos obtiveram índices de nacionalização inferiores a 0,80. O PLP, como será detalhado na próxima seção deste artigo, teve sucesso eleitoral principalmente no centro do país, o que, de certa forma, explica o valor obtido na nacionalização.

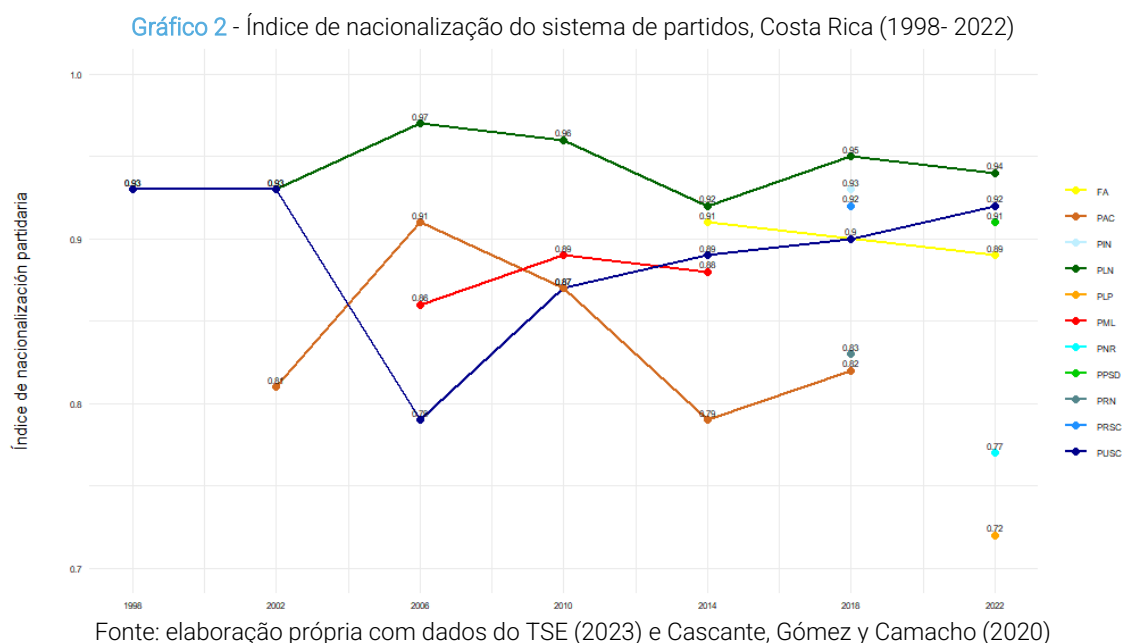
Por sua vez, o PRN, em 2018, teve um índice de nacionalização baixo devido ao voto concentrado principalmente em áreas periféricas (0,83). Em 2022, o índice do PNR foi de 0,77 pelas mesmas razões. A relação entre esses partidos está no fato de que o PNR é uma dissidência do PRN e foi fundado por seu líder e candidato presidencial, Fabricio Alvarado. Assim, embora sejam legendas distintas, ambas mantiveram uma base territorial concentrada na periferia da Costa Rica, que, em 2022, parece ter experimentado uma espécie de retração.

Por outro lado, como se observa no Gráfico 2, na Costa Rica os partidos não seguiram uma tendência específica ao longo das sete eleições estudadas. Cada um desses partidos apresentou um comportamento distinto, com variações entre um período eleitoral e outro. Além disso, a eleição de 2022 apresenta a particularidade de seguir a tendência geral de diminuição do índice, devido ao

⁶ Na eleição de 2014, passaram para o segundo turno o PAC, com 20,1% dos votos, e o PLN, com 19,9%; no segundo turno, a diferença de votos foi de 30,8% a favor do PAC sobre o PLN. Em 2018, passaram para o segundo turno o PAC e o PRN, enquanto o PLN ficou em terceiro lugar, com 12,18% dos votos. Já em 2022, o PLN passou para o segundo turno com o PPSD, obtendo 16,32% e 10,04%, respectivamente; no segundo turno, o PPSD venceu a presidência com 29,59% dos votos, enquanto o PLN ficou em segundo lugar, com 26,4%.

⁷ O Partido Frente Amplio (PFA) foi fundado no ano de 2004.

surgimento de novas forças políticas que concentraram seus apoios em regiões específicas, como foi o caso do PLP e do PNR.



Partidos com ou sem base territorial: eleições de 2014, 2018 e 2022

As condições propostas por Luna *et al.* (2020) para considerar um veículo eleitoral como partido político em termos de representação democrática são pontos-chave para entender as formas pelas quais se constroem as bases territoriais desses grupos. Por exemplo, uma estrutura coerente em organização e ideologia supõe maior facilidade para se vincular ao território e estabelecer a agregação vertical de interesses, permitindo também sustentar o apoio territorial uma vez conquistado em uma eleição.

No entanto, no caso da Costa Rica, de acordo com Gómez, Aguilar e Chacón (2022), nenhum apoio territorial partidário se manteve por mais de duas eleições consecutivas. Esse fenômeno é observado em todos os partidos políticos que competiram, desde os históricos, como o PLN e o PUSC, até os que surgiram nas últimas duas décadas, como o PAC e o PNR. Além disso, ao analisar os mapas das últimas três eleições, percebe-se que os partidos políticos enfrentam dificuldades para manter os apoios recebidos em determinadas regiões de uma eleição para outra. De forma similar, em termos de nacionalização do sistema de partidos, observa-se a dificuldade em obter percentuais de votos semelhantes em todo o território nacional.

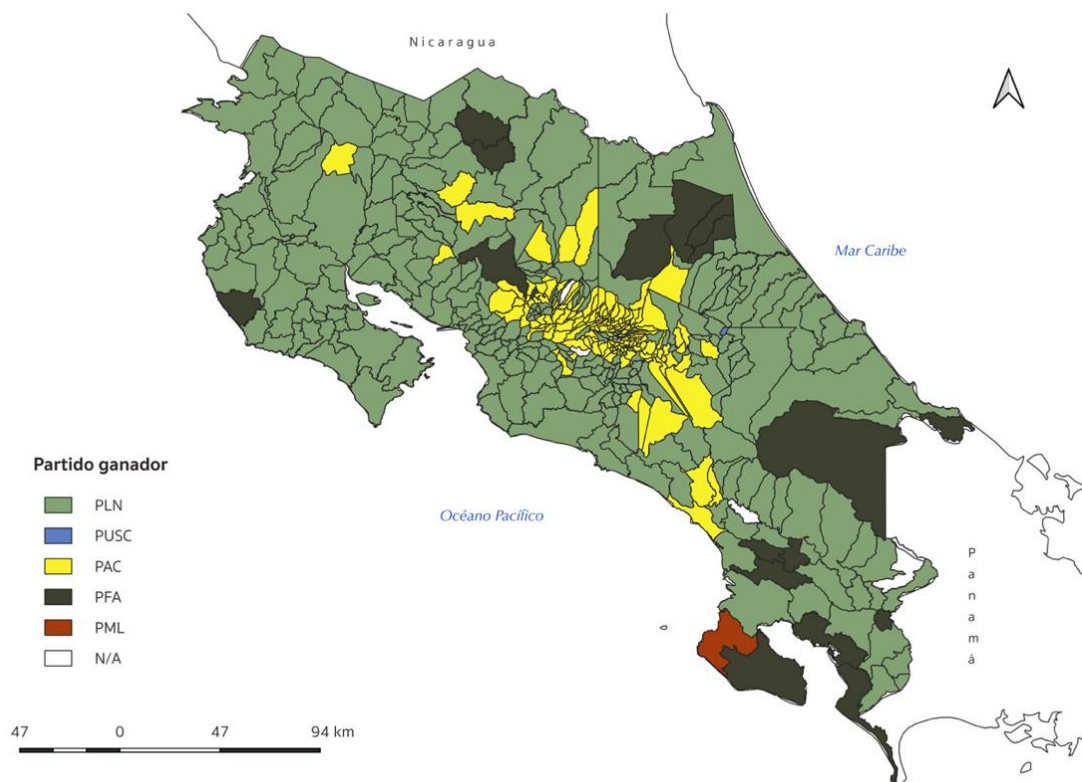
Na Costa Rica, a organização territorial dos resultados eleitorais seguia um padrão centro-periferia, particularmente nas eleições de 2014 e 2018, devido à tendência histórica do PAC de se concentrar no centro do país (Cascante; Gómez; Camacho, 2020; Camacho, 2021). Contudo, na eleição de 2022, o mapa de apoios partidários foi reconfigurado, e apenas o PNR manteve o apoio recebido na província de Limón.

Para exemplificar, no Mapa 1 referente à eleição de 2014, observa-se que o PLN contou com apoio territorial na periferia do país, enquanto o PAC se concentrou no GAM⁸ (Grande Área

⁸ No entanto, a direção da mudança no segundo turno eleitoral, disputado entre o PLN e o PAC, revelou uma virada majoritária em favor do PAC na maioria dos distritos do país (Camacho 2021).

Metropolitana), e o PFA esteve presente em distritos periféricos, fronteiriços e costeiros. Esse comportamento também se refletiu nos dados de nacionalização de partidos como o PAC, PUSC e PML, assim como na redução do índice de nacionalização do sistema de partidos em nível nacional.

Mapa 1 - Partido ganhador por distrito, eleição nacional 2014

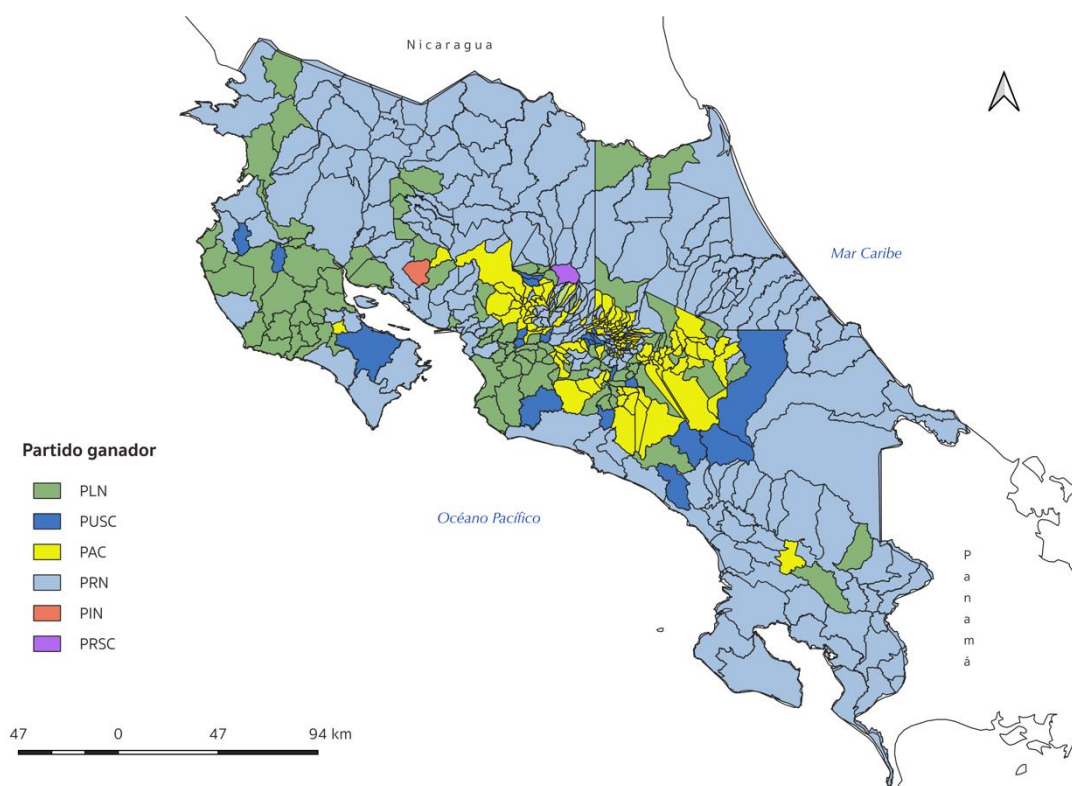


Fonte: elaboração própria com dados do TSE (s.f)

Em 2018, a mudança mais evidente no padrão espacial do voto foi experimentada pelo PLN. Como se observa no Mapa 2, o partido não conseguiu manter o apoio recebido em 2014 nas zonas rurais. Por sua vez, o PAC registrou uma redução no número de distritos em que conquistou o primeiro lugar no centro do país em comparação com a eleição anterior. Isso ocorreu, principalmente, devido ao protagonismo do PRN na periferia e em alguns distritos do GAM (Grande Área Metropolitana).

No entanto, ao comparar esses padrões com o índice de nacionalização por partido político, tanto o PLN quanto o PAC apresentaram uma distribuição territorial mais ampla que a do PRN. Enquanto isso, o PUSC, que obteve a maioria dos votos em distritos predominantemente rurais, registrou um aumento no índice de 2014 a 2018. Além disso, o partido conseguiu conquistar mais distritos e obter votos de forma consistente em todo o território nacional.

Mapa 2 - Partido ganhador por distrito, eleição nacional 2018

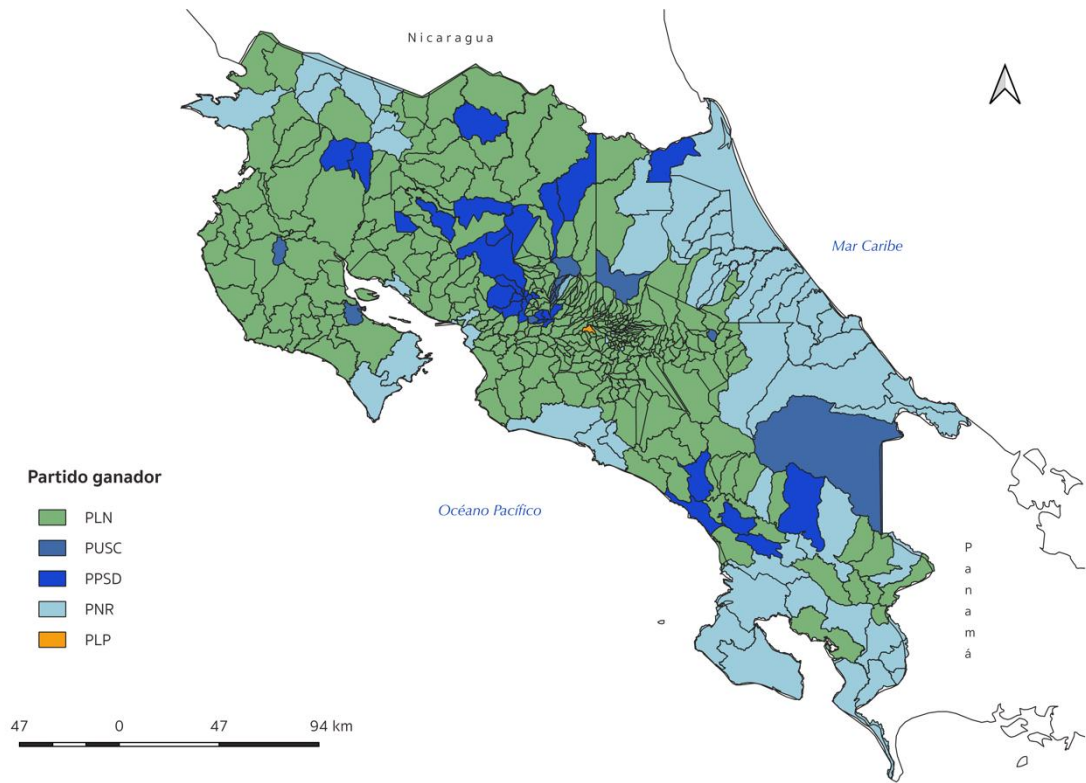


Fonte: elaboração própria com dados do TSE (s.f)

No caso da eleição de 2022, o Mapa 3 identifica o alcance dos três partidos mais nacionalizados no território nacional (PLN, PUSC e PSD). Ou seja, esses partidos, além de obter votos em percentuais homogêneos em todas as províncias do país, também conquistaram a maioria dos votos em diversos distritos. O PLN teve sucesso eleitoral em todo o país, com exceção da província de Limón e de alguns distritos de cantões da região sul, como Pérez Zeledón, Osa, Buenos Aires e Golfito (nesses cantões, o primeiro lugar foi conquistado pelo partido Nueva República). Por sua vez, o PUSC venceu em distritos periféricos, enquanto o PSD concentrou seus votos principalmente na região oeste do país. Dos partidos incluídos no índice de nacionalização de 2022, apenas o PFA não venceu em nenhum distrito.

Quanto ao fenômeno do PNR e do PRN, ao analisar o que foi mencionado nos parágrafos anteriores, a diminuição de seu alcance territorial fica evidente nos mapas de 2018 e 2022 (Mapas 2 e 3). Esses mapas permitem observar que a redução no alcance territorial do PNR se deve principalmente ao fato de continuar sendo uma agremiação que obtém apoio especificamente na província de Limón e que, além disso, não conseguiu manter o apoio do restante da periferia, como ocorreu na eleição de 2018.

Mapa 3 - Partido ganhador por distrito, eleição nacional 2022



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2023)

Também sobre a eleição de 2022 e em relação aos distritos nos quais cada legenda obteve a maioria dos votos, a Tabela 3 mostra que o PLN venceu aproximadamente 80% dos distritos do país (381 de 487), sendo o partido que recebeu mais votos no primeiro turno eleitoral. Dessa forma, de acordo com Gómez, Aguilar e Chacón (2022), a eleição de 2022 foi marcada pelo domínio de um único partido político, apesar das condições conjunturais (25 candidaturas à presidência competiram). O PPSD, partido oficialista, obteve maioria em 7% dos distritos (33 de 487) e, com isso, garantiu sua passagem para o segundo turno. Enquanto isso, o partido que ficou em terceiro lugar no primeiro turno, o PNR, venceu em 13% dos distritos.

Com base nesses dados, evidencia-se que o partido que ficou fora do segundo turno conquistou o dobro de distritos em relação ao que ficou em segundo lugar. No entanto, a diferença de votos entre o PPSD e o PNR foi de 2%. Essa diferença se deve ao fato de que os distritos e cantões onde o PPSD obteve maior sucesso possuem maior peso eleitoral (são mais populosos) do que aqueles onde o PNR venceu (Gómez; Aguilar; Chacón, 2022).

Tabela 3 - Quantidade de distritos vencidos por partido, eleição nacional 2022

Partido	PLN	PUSC	PSD	PNR	PLP
Número de distritos	381	11	33	62	1
Porcentagem de votos	78.2%	2.2%	6.8%	12.7%	0.2%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2023)

O que se observa nesses resultados é que, dos partidos políticos que competiram pela primeira vez em 2022, apenas o oficialista PPSD conseguiu uma distribuição mais equilibrada em todas as províncias do país. Enquanto isso, outros partidos, como o PLP ou o NR, tiveram sucesso eleitoral, mas com apoio concentrado territorialmente. Além disso, é importante considerar que, nas eleições municipais realizadas dois anos após as nacionais, ou seja, em 2024, os partidos localizados ou menos nacionalizados tiveram apoio reduzido nos governos locais, enquanto os mais nacionalizados, como o PLN e o PUSC⁹, obtiveram maior alcance territorial nesses pleitos¹⁰.

Nesse sentido, a coerência na oferta e na estrutura partidária é uma das condições propostas por Luna *et al.* (2020) para a consolidação dos partidos políticos. Assim, a coordenação multinível (coordenação horizontal) é um elemento fundamental, pois permite que as organizações partidárias estabeleçam uma agenda nacional no legislativo e, ao mesmo tempo, se insiram no território por meio dos governos locais. Em outras palavras, ações coordenadas multinível permitiriam a manutenção dos apoios eleitorais (Luna *et al.*, 2020). Portanto, a relação que pode ser estabelecida é que, conforme observado nos índices de nacionalização e na distribuição espacial dos resultados eleitorais de 2022, em um contexto de ampla oferta partidária, os veículos eleitorais têm apresentado um comportamento especializado ou localizado, o que pode limitar as possibilidades de construir vínculos mais profundos com o território.

Dessa forma, partidos políticos com estruturas verticais e horizontais consolidadas teriam um amplo alcance territorial e competiriam em melhores condições. Isso também corresponderia a um sistema de partidos políticos nacionalizados, com apoio distribuído e não concentrado territorialmente. Além disso, em um sistema de partidos, é necessária uma oferta partidária estável para que essas estruturas possam enraizar-se na sociedade e adquirir reconhecimento de sua importância, indo além de seus líderes (Cascante, 2016).

Por outro lado, segundo Luna *et al.* (2020) e Jones e Mainwaring (2003), em termos de representação democrática, a estabilidade do sistema de partidos e a conceitualização dos partidos políticos estão relacionadas à possibilidade de prestação de contas e à prevenção da criação de concentrações territoriais de poder que fomentem cenários de corrupção.

A coordenação horizontal e a agregação de interesses verticais são funcionais à ideia de representação democrática (Luna *et al.*, 2020). Caso contrário, o problema se reflete, por exemplo, quando há um veículo eleitoral que consegue sua coordenação política, mas não considera as preferências sociais, resultando em sistemas políticos nos quais a competição entre partidos é estável, mas a visão dos cidadãos não é levada em conta (Luna *et al.*, 2020). Nesse sentido, com o desgaste das figuras dos partidos políticos – que, no caso da Costa Rica, são sistematicamente as instituições com pior avaliação nas pesquisas de opinião pública (CIEP, 2023; 2024) e com uma simpatia partidária cada vez mais restrita –, podem-se traçar algumas hipóteses para compreender os dados aqui apresentados.

A debilidade dos partidos políticos em constituir bases territoriais estáveis no tempo e no espaço pode ser um fator limitador da participação política e eleitoral dos cidadãos costarrriquenhos, assim como do desenvolvimento político e social em função das necessidades e interesses da população, em detrimento da representação política e democrática. Esse cenário também facilita o

⁹ Nas eleições municipais de 2024, o PLP conquistou 3 prefeituras das 84 em disputa, o NR venceu em 2, o FA em 1 e o PPSD em 2. Enquanto isso, o PLN ganhou 29 prefeituras (34,5%) e o PUSC conquistou 20 prefeituras (23,8%), aumentando em 5 o número de prefeituras em relação ao período municipal anterior, de 2020-2024.

¹⁰ No entanto, o PLN sofreu uma diminuição significativa no número de prefeituras conquistadas, passando de 43 no período 2020-2024 para 29 no período 2024-2028.

fortalecimento de apoios efêmeros durante as campanhas eleitorais e aprofunda o mal-estar, o descontentamento e o distanciamento da população em relação à política, conforme manifestado nos processos eleitorais e na deterioração das elites (Beltrán, 2020; Camacho, 2021).

Conclusão

Este artigo realizou uma análise geral do comportamento das bases territoriais dos partidos políticos na Costa Rica, a partir da perspectiva da nacionalização do sistema de partidos e com base em uma análise descritiva de cartografia eleitoral das três últimas eleições presidenciais. Uma das principais conclusões deste estudo é que os processos eleitorais no país estão sendo realizados sem bases territoriais sólidas, ou, mais especificamente, com vínculos fracos e instáveis entre os cidadãos e os partidos políticos com os quais se relacionam. Esse fenômeno não é totalmente novo, considerando os baixos índices de simpatia partidária, a volatilidade e a redução da participação eleitoral nos últimos pleitos.

A análise dos padrões territoriais apresentados neste trabalho destaca a necessidade de aprofundar os estudos sobre geografia eleitoral, especialmente para compreender os “como” e “porquês” do comportamento político-eleitoral e partidário, conforme proposto por Beltrán (2021). É fundamental considerar as implicações territoriais das mudanças no sistema de partidos e o que significa para a democracia costarriquenha continuar realizando processos eleitorais com partidos sem um ancoramento territorial. Também se evidencia a importância de expandir os estudos em geografia eleitoral a partir de uma perspectiva contextual, ou seja, análises que considerem o espaço geográfico como um fator explicativo do voto (Azevedo, 2023).

As relações estabelecidas neste estudo sobre a distribuição homogênea ou não dos apoios recebidos pelos partidos políticos e o peso desses apoios nos diferentes distritos do país evidenciam a complexidade das transformações vividas pelo sistema político costarriquenho, bem como os matizes e contrastes territoriais que isso implica. Um exemplo claro é o comportamento do PLN, caracterizado por altos níveis de desconfiança por parte dos cidadãos (CIEP, 2022), mas que ainda mantém um índice elevado de nacionalização devido ao respaldo territorial homogêneo que obtém no primeiro turno das eleições. No entanto, o partido não tem conseguido sustentar esse apoio nos turnos finais.

Os resultados apresentados confirmam que o peso do território é cada vez mais importante e decisivo na definição dos resultados eleitorais na Costa Rica. Conforme apontado por Cascante, Gómez e Camacho (2020), não é necessário que um partido seja nacionalizado ou tenha uma base territorial sólida em todo o território nacional para conquistar o Executivo. Observa-se que os resultados eleitorais podem sofrer mudanças significativas se os partidos conseguirem mobilizar e vencer em territórios densamente povoados.

A instabilidade, a incerteza e a volatilidade que têm caracterizado as campanhas e eleições presidenciais na Costa Rica nas últimas disputas introduzem uma maior complexidade ao fenômeno. Observa-se que os partidos tendem a se concentrar em algumas regiões específicas, mas sem conseguir sustentar esse apoio ao longo do tempo. De acordo com Gómez, Aguilar e Chacón (2022) e a discussão aqui apresentada, a última eleição presidencial na Costa Rica confirma que os partidos políticos, incluindo os históricos, não possuem bases de apoio consistentes no espaço e no tempo.

Como mencionado, é crucial que um partido político não apenas tenha coerência entre sua liderança, sua orientação ideológica e sua base organizacional, mas também apresente coerência entre seus diferentes níveis territoriais (no caso de um partido nacional), a fim de estabelecer vínculos

com atores formais e informais da sociedade civil (Luna *et al.*, 2020). Além disso, os autores destacam a importância de manter essa dinâmica entre períodos eleitorais. Sob essa lógica, tanto os partidos políticos que surgiram nos últimos anos quanto os denominados partidos históricos podem estar enfrentando dificuldades para se consolidar como estruturas partidárias consistentes e fortalecer suas bases territoriais. Outra forma de interpretar isso é que essas limitações dos partidos políticos contribuem para o desgaste e a instabilidade de suas bases territoriais.

Por fim, é evidente que, embora os partidos políticos apresentem bases territoriais frágeis e instáveis, isso não significa que o território perca relevância no processo eleitoral. Pelo contrário, em uma Costa Rica cada vez mais desigual, com disparidades territoriais que se ampliam e o fortalecimento de lideranças personalistas (CIEP, 2024), torna-se cada vez mais urgente analisar o território sob diferentes escalas geográficas e perspectivas para compreender fenômenos tão complexos.

Referências

- Alfaro, Ronald. (2010). Explaining Party Nationalization in New Democracies: Central America (1980-2010). (Tesis de maestría). Columbia University. New York, USA.
- Azevedo, D. (2023). The need for electoral geography: The possibilities in the field. *Geosp*, 27(2), 1-25. <https://doi.org/doi:https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.204649.en>.
- Barragán, M., & Chavarría, E. (2023). Del bipartidismo a la fragmentación extrema: La atomización del sistema de partidos en Costa Rica. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, XII(24), 59-100.
- Mainwaring, S., & Shugart, M. (1997). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge University Press.
- Sartori, G. (2005). *Partidos y Sistemas de Partidos Marco Para Un Análisis* (2da ed.). Alianza Editorial, S.A.
- Beltrán, Vannesa. 2021. «(Des) vinculaciones vecinales con la política nacional: un análisis exploratorio de los casos de Jacó y Cahuita». En Laura Álvarez (Ed.). *Imaginarlos, subjetividades y democracia Estudios sobre el proceso electoral del 2018 en Costa Rica*. pp. 177- 200. San José, Universidad de Costa Rica.
- Camacho, Sharon. 2021. «Volatilidad electoral rural en Costa Rica: el caso del distrito Cariari en las elecciones presidenciales del 2014 y 2018». *Revista Reflexiones* 102 (1): 1-27. DOI 10.15517/rr.v102i1.47630
- Cascante, María José. Gómez, Steffan. y Camacho, Sharon. (2020). Perspectivas territoriales de la competencia partidista. En Alfaro, R. y Alpízar, F. (Eds.) *Elecciones 2018 en Costa Rica: retrato de una democracia amenazada*. San José., Costa Rica.: CONARE - PEN, 48- 66.
- Cascante, María José, y Camacho Sharon. 2019. «El sistema de partidos en los cantones: análisis de la distribución territorial de los apoyos (1953-2016)». *Revista de derecho electoral, segundo semestre* (28): 195- 216. DOI10.35242/RDE_2019_28_11.
- Cascante, María. José. (2016). Costa Rica. Los cambios en el sistema de partidos costarricense: viejos y nuevos actores en la competencia electoral. En Freidenberg, F. Ed. "Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015". México D.F.: INEUNAM.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2024. «Informe encuesta de opinión sociopolítica septiembre 2024». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2024. «Informe encuesta de opinión sociopolítica noviembre 2024». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2023. «Informe encuesta de opinión sociopolítica abril 2023». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2021a. «Informe encuesta de opinión sociopolítica octubre 2021». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2021b. «Informe encuesta de opinión sociopolítica noviembre 2021». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2021c. «Informe encuesta de opinión sociopolítica diciembre 2021». Universidad de Costa Rica.
- Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP). 2022. «Informe encuesta de opinión sociopolítica febrero 2022». Universidad de Costa Rica.

- Gómez, Steffan; Aguilar, Camila y Chacón Daniela. (2022). Elecciones 2022 e identidades políticas en Costa Rica. Investigación de Base para el Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible 2022 (no. 28) San José, C.R.: CONARE - PEN, 2022.
- Jones, Mark y Mainwaring, Scott. (2003). The nationalization of parties and party systems: an empirical measure an application to the Americas. *Party Politics*, IV(2): 139-166.
- Luna, Juan Pablo; Piñeiro Rafael; Rosenblatt, Fernando y Vommaro, Gabriel. (2020). «Political parties, diminished subtypes, and democracy». *Party Politics*: 1-14.
- Observatorio de la Política Nacional. (2022). Elecciones del 6 de febrero de 2022. Dossier electoral. Universidad de Costa Rica.
- Pignataro, Adrián. (2017). «Momento de decisión del voto en la era del desalineamiento: el caso de Costa Rica en 2014», *Política y Gobierno*, XXIV (2).
- Sonnleitner, Willibald. 2013. «Explorando las dimensiones territoriales del comportamiento político: reflexiones teórico metodológicas sobre la geografía electoral, la cartografía exploratoria y los enfoques espaciales del voto». *Revista Estudios Sociológicos*, XXX1: 97- 142.
- Treminio, Ilka. (2022). Elecciones presidenciales y legislativas Costa Rica 2022. Análisis Carolina, Cooperación Española: Costa Rica.
- Tribunal Supremo de Elecciones. (s.f). Estadísticas electorales: cómputos de votos elecciones presidenciales 2022. Costa Rica

Tradução: Daniel Azevedo e Juliana Nunes Rodrigues
Revisão Técnica: Marco Nepomuceno